



Intervenções nutricionais para o combate da obesidade infantil em escolas de anos iniciais no município de Acaraú – CE

Nutritional interventions in primary schools to promote healthy eating and reduce childhood obesity in Acaraú, Brazil.

Intervenciones nutricionales en escuelas primarias para promover la alimentación saludable y reducir la obesidad infantil en Acaraú, Brasil.

Fagner Mateus Gomes de Farias¹; Marina Layara Sindeaux Benevides²

RESUMO

Objetivo: Investigar o impacto das intervenções nutricionais realizadas por nutricionistas da Atenção Primária à Saúde (APS), no âmbito do Programa Saúde na Escola (PSE), na redução do Índice de Massa Corporal (IMC) e na promoção de hábitos alimentares saudáveis em crianças de 5 a 10 anos matriculadas nas escolas públicas de anos iniciais do município de Acaraú-CE. **Método:** Trata-se de um estudo transversal, ecológico baseado na análise de dados secundários provenientes do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), referentes ao período de outubro de 2024 a setembro de 2025, com análise descritiva dos indicadores antropométricos de IMC por idade e peso por idade. **Resultados:** Os dados evidenciaram prevalência média de 42,6% de excesso de peso entre as crianças avaliadas, percentual superior às médias estadual e nacional para a mesma faixa etária. Observou-se redução pontual dos indicadores em abril de 2025, coincidindo com maior cobertura das ações do PSE, seguida de aumento gradual nos meses subsequentes. **Conclusão:** Conclui-se que o PSE apresenta potencial para contribuir no enfrentamento da obesidade infantil; entretanto, sua efetividade depende da continuidade das ações, da articulação intersetorial entre saúde e educação e do fortalecimento da atuação do nutricionista na promoção de hábitos alimentares saudáveis.

Palavras-chave: Atenção Primária à Saúde; Obesidade infantil; Promoção da saúde.

ABSTRACT

Objective: To investigate the impact of nutritional interventions carried out by Primary Health Care (PHC) nutritionists within the Health at School Program (PSE) on reducing Body Mass Index (BMI) and promoting healthy eating habits in children aged 5 to 10 years enrolled in public elementary schools in Acaraú-CE, Brazil. **Method:** This is a cross-sectional, ecological study based on secondary data analysis from the Food and Nutrition Surveillance System (SISVAN), covering October 2024 to September 2025, with descriptive analysis of BMI-for-age and weight-for-age anthropometric indicators. **Results:** Data showed a mean prevalence of 42.6% of overweight among the children assessed, a percentage higher than state and national averages for the same age group. A punctual reduction in indicators was observed in April 2025, coinciding with greater PSE action coverage, followed by a gradual increase in subsequent months. **Conclusion:** The PSE has potential to contribute to tackling childhood obesity; however, its effectiveness depends on continuity of actions, intersectoral

¹ Nutricionista. Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade – Escola de Saúde Pública do Ceará - ESP/CE. fagnerffarias@gmail.com

² Nutricionista – Universidade Estadual do Ceará - UECE. marinalayara@gmail.com



coordination between health and education, and strengthening the nutritionist's role in promoting healthy eating habits.

Keywords: Primary Health Care; Pediatric Obesity; Health Promotion.

RESUMEN

Objetivo: Investigar el impacto de intervenciones nutricionales realizadas por nutricionistas de Atención Primaria de Salud (APS) en el Programa Salud en la Escuela (PSE) sobre la reducción del Índice de Masa Corporal (IMC) y la promoción de hábitos alimentarios saludables en niños de 5 a 10 años de escuelas públicas de Acaraú-CE, Brasil. **Método:** Estudio transversal ecológico basado en análisis de datos secundarios del Sistema de Vigilancia Alimentaria y Nutricional (SISVAN) de octubre de 2024 a septiembre de 2025, con análisis descriptivo de IMC por edad y peso por edad. **Resultados:** Los datos mostraron prevalencia media del 42,6% de exceso de peso, superior a los promedios estatal y nacional. Se observó reducción puntual en abril de 2025, coincidiendo con mayor cobertura del PSE, seguida de aumento gradual. **Conclusión:** El PSE tiene potencial para contribuir al enfrentamiento de la obesidad infantil, pero su efectividad depende de la continuidad de las acciones, la articulación intersectorial entre salud y educación y el fortalecimiento del papel del nutricionista.

Palabras clave: Atención Primaria de Salud; Obesidad Infantil; Promoción de la Salud.

INTRODUÇÃO

O Sistema Único de Saúde (SUS) é a principal política pública de saúde no Brasil, oferecendo acesso universal e equitativo aos serviços de saúde. A Atenção Primária à Saúde (APS) é um dos pilares desse sistema, responsável por ações de promoção, prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação, sendo essencial para a redução de iniquidades em saúde (Pereira et al., 2019). Nesse contexto, a atuação do nutricionista na APS é fundamental, especialmente na prevenção e controle de doenças crônicas, como a obesidade infantil, por meio de intervenções nutricionais que visam a promoção de hábitos alimentares saudáveis desde os primeiros anos de vida (Pereira et al., 2019).

O Programa Saúde na Escola (PSE), instituído pelo Decreto nº 6.286/2007, surge como uma importante estratégia intersetorial entre saúde e educação, com o objetivo de contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção da saúde, prevenção de agravos e apoio ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento infantil (Brasil, 2017). Fazendo parte do PSE, o Programa Crescer Saudável destaca-se por focar especificamente na prevenção e no controle da obesidade infantil, estabelecendo metas e ações específicas para o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento das crianças, além de promover a educação alimentar e nutricional. Algumas dessas atividades inclui ações de promoção da saúde, prevenção de agravos e apoio ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento infantil (Brasil, 2017). A APS, em conjunto com programas como o PSE, desempenha um papel crucial na implementação de estratégias de prevenção e controle da obesidade infantil, especialmente em



contextos escolares, onde as crianças passam grande parte do seu tempo e são fortemente influenciadas por padrões alimentares e de atividade física (Mendonça et al., 2020).

Santos et al. (2023) cita que no Brasil, em especial no Nordeste, a problemática da obesidade infantil é exacerbada por questões socioeconômicas que afetam o acesso a uma alimentação adequada e a prática de atividades físicas regulares, sendo um problema crescente em escolas públicas dos anos iniciais, ou seja, do 1º ao 5º ano. No município de Acaraú, no estado do Ceará, a obesidade infantil tem se tornado uma preocupação crescente, particularmente em crianças matriculadas nas escolas de anos iniciais. Dados recentes apontam um aumento significativo na prevalência de obesidade entre essas crianças, refletindo uma tendência observada em outras regiões do Brasil (Santos et al., 2023). Esse cenário evidencia a necessidade urgente de intervenções que abordem de maneira efetiva os fatores que contribuem para o aumento da obesidade infantil na região.

A obesidade infantil é uma condição complexa, resultante da interação de múltiplos fatores. Com o aumento do sedentarismo, o consumo excessivo de alimentos ultra processados e a influência do baixo nível socioeconômico, as crianças são cada vez mais vulneráveis a ter obesidade (Santos et al., 2018). No contexto das escolas de anos iniciais, a situação tende a se agravar devido à falta de políticas públicas eficazes e a carência de programas de educação alimentar que possam influenciar positivamente os hábitos das crianças. O ambiente escolar, onde os alunos passam grande parte do seu tempo, desempenha um papel crucial na formação de hábitos alimentares e de vida, e, portanto, torna-se um cenário ideal para a implementação de intervenções nutricionais que visem reverter esse quadro (Santos et al., 2018).

Diante desse cenário, questiona-se: como a APS pode contribuir na realização de intervenções para conhecer e buscar prevenir o aumento da obesidade entre os alunos das escolas de anos iniciais? De que forma o programa Crescer Saudável pode ser uma ferramenta que proporciona intervenções para mudar a realidade dessas crianças? E por fim, de que forma pode ser investigado o alcance das intervenções nutricionais conduzidas por nutricionistas da APS na prevenção e controle da obesidade infantil em escolas de anos iniciais?

A escolha da temática "Intervenções Nutricionais para o Controle da Obesidade Infantil em Escolas de Anos Iniciais no Município de Acaraú – CE" surgiu a partir da minha participação como nutricionista residente no Programa Crescer Saudável, em algumas escolas de anos iniciais, no município de Acaraú-CE. A relevância dessa pesquisa justifica-se pela necessidade urgente de estratégias eficazes que possam ser implementadas na APS e no ambiente escolar para reverter a tendência de aumento da obesidade infantil, que tem sido amplamente verificada em diversos estados e cidades brasileiras (Santos et al., 2018; Brasil, 2017). A alta prevalência de obesidade infantil em Acaraú, no estado do Ceará, aliada à escassez de estudos focados na região, ressalta a importância de investigar e implementar intervenções que possam servir de modelo para outras localidades com características semelhantes (Santos et al., 2023).



Além disso, Amorim et al. (2024) fala que o impacto negativo da obesidade na saúde e na qualidade de vida das crianças torna imperativo que sejam desenvolvidas ações concretas para reduzir esse problema, contribuindo para a melhoria da saúde e do bem-estar da população infantil a longo prazo. Estudos indicam que crianças obesas têm maior probabilidade de se tornarem adultos obesos, aumentando o risco de desenvolverem doenças crônicas como diabetes *mellitus* tipo 2, hipertensão e dislipidemias, além de sofrerem impactos negativos na saúde mental e na qualidade de vida. O desenvolvimento de intervenções nutricionais nas escolas, particularmente nos anos iniciais, é uma estratégia eficaz para o controle da obesidade infantil. O ambiente escolar é propício para a implementação de ações educativas que incentivem hábitos alimentares saudáveis e a prática de atividades físicas, fundamentais para o crescimento e desenvolvimento saudável das crianças (Brasil, 2020).

Diante do exposto, este estudo tem como objetivo investigar a implicação do Programa Saúde na Escola (PSE) conduzido por nutricionistas da atenção primária na redução do índice de massa corporal (IMC) e na promoção de hábitos alimentares saudáveis em crianças de 5 a 10 anos nas escolas de Acaraú-CE.

MÉTODOS

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa transversal, ecológica de abordagem retrospectiva, que visa investigar a implicação dos programas no controle da obesidade infantil em escolas de anos iniciais. Barreto Neto (2025) relata que ecológicos são aqueles que utilizam dados agregados de populações ou grupos, analisando a distribuição de agravos e possíveis associações entre fatores de exposição e desfechos em nível coletivo, e não individual.

O estudo utilizou dados secundários provenientes do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), plataforma oficial do Ministério da Saúde responsável pela vigilância do estado nutricional e do consumo alimentar da população atendida pela Atenção Primária à Saúde no Brasil.

Os dados analisados referem-se ao município de Acaraú, no estado do Ceará, com foco em crianças de 5 a 10 anos matriculadas na rede pública de ensino. A escolha do município justifica-se pela alta prevalência de obesidade infantil na região e pela carência de estudos locais que orientem intervenções específicas, conforme apontado em levantamentos prévios.

O período de coleta dos dados secundários abrangeu 12 meses, de outubro de 2024 a setembro de 2025, permitindo uma análise temporal robusta e atualizada do perfil nutricional infantil no território.

A população-alvo do estudo é composta por crianças com idades entre 5 e 10 anos, matriculadas na escola pública dos anos iniciais, no município de Acaraú-CE.



Os dados utilizados neste estudo foram obtidos por meio do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), o qual disponibiliza, de forma gratuita e aberta, informações antropométricas e de consumo alimentar coletadas pelos serviços de saúde em todo o território nacional.

A coleta foi realizada de forma documental e retrospectiva, acessando diretamente as informações já consolidadas no sistema. Foram selecionados os seguintes parâmetros antropométricos para análise:

- Índice de Massa Corporal (IMC) por Idade;
- Peso por Idade.

O recorte populacional definido incluiu crianças de 5 anos a menores de 10 anos de idade, residentes no município de Acaraú, estado do Ceará (CE). O período temporal abrangido corresponde aos 12 meses entre outubro de 2024 e setembro de 2025, permitindo uma análise abrangente do perfil nutricional deste grupo no município.

Dessa forma, a metodologia baseou-se exclusivamente em dados secundários de domínio público, garantindo transparência e reprodutibilidade, em conformidade com as diretrizes éticas para utilização de dados disponibilizados publicamente pelos órgãos oficiais de saúde.

A análise dos dados foi organizada de modo a transformar as informações secundárias disponíveis em evidências capazes de responder diretamente aos objetivos específicos da pesquisa: (1) identificar a prevalência da obesidade infantil e (2) analisar, ao longo do tempo, a efetividade do Programa Saúde na Escola (PSE). Para alcançar esse propósito, o procedimento analítico foi conduzido em três etapas sequenciais e interdependentes: preparação e limpeza da base, construção dos indicadores principais e análise estatística descritiva com interpretação contextualizada.

Na primeira etapa, o foco esteve na preparação e validação dos dados brutos. Os relatórios públicos do SISVAN, especificamente os de “Peso por Idade” e “IMC por Idade”, foram reunidos e organizados em uma única base temporal, permitindo a leitura histórica contínua. Nesse momento, realizou-se a padronização das variáveis e a revisão criteriosa dos registros, incluindo conversão de datas e conferência da consistência dos totais informados. Também foram identificados e tratados valores ausentes ou apresentados por simbologias específicas (como “-”), adotando-se procedimentos que evitassem distorções nos cálculos posteriores e garantissem a confiabilidade da série histórica. Para a caracterização do perfil nutricional, os dados brutos foram processados mediante cálculo de percentuais mensais para cada categoria de classificação, seguindo a fórmula matemática presente na Figura 1. A análise temporal permitiu identificar tendências sazonais e o impacto potencial de intervenções.

Figura 1: Fórmula matemática utilizada para caracterização do perfil nutricional.

$$\% \text{ médio} = \frac{\text{Nº de casos na categoria}}{\text{Total de avaliados no mês}} \times 100$$



Na segunda etapa, foram definidos e calculados os principais indicadores analíticos. A escolha metodológica central foi utilizar a prevalência percentual mensal como medida primária de análise, estimada para cada categoria do estado nutricional (por exemplo: magreza, eutrofia, sobrepeso e obesidade). Essa decisão se justifica por permitir comparações mais consistentes ao longo do tempo, já que neutraliza oscilações relevantes no número absoluto de crianças avaliadas mês a mês — um aspecto frequente em sistemas de informação alimentados conforme a demanda dos serviços. Além disso, para representar de forma mais fiel o perfil do período analisado, foi calculada a prevalência média agregada, ponderada pelo tamanho da amostra mensal. Esse indicador contribui para uma estimativa mais precisa da carga do agravo, sendo mais adequado do que uma simples média aritmética de percentuais.

Por fim, na terceira etapa, foi realizada uma análise interpretativa e contextualizada dos achados. A série temporal das prevalências foi examinada com o objetivo de identificar padrões, tendências e possíveis pontos de inflexão, como variações sazonais ou mudanças mais consistentes na ocorrência de excesso de peso. Para diferenciar tendências estruturais de oscilações pontuais, utilizou-se o recurso da média móvel trimestral, especialmente nos agrupamentos de maior interesse analítico, como o excesso de peso total. O eixo interpretativo principal consistiu em relacionar essas tendências ao calendário escolar e ao ciclo esperado de implementação das ações do PSE, buscando aproximações temporais capazes de indicar sua efetividade. Para fortalecer a interpretação e ampliar o significado dos resultados, os achados locais também foram comparados com dados de referência estaduais e nacionais da mesma faixa etária, quando disponíveis nos relatórios do SISVAN. Toda a análise foi conduzida à luz do referencial teórico da vigilância nutricional e de evidências científicas sobre intervenções de promoção da saúde no contexto escolar, possibilitando uma discussão articulada entre os dados observados e os constructos teóricos que sustentam a pesquisa.

Este estudo, por se basear exclusivamente na análise de dados secundários de domínio público, disponibilizados anonimamente pelo Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) do Ministério da Saúde, está isento de apreciação por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Essa dispensa está amparada pela Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, que em seu artigo 1º, § 1º, isenta pesquisas que utilizam informações públicas e agregadas, sem qualquer possibilidade de identificação individual dos sujeitos (Brasil, 2016).

Ressalta-se que todos os dados utilizados são de acesso livre através da plataforma SISVAN - Relatórios Públicos, garantindo-se assim o total respeito aos preceitos éticos de confidencialidade e privacidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados encontrados foram de crianças avaliadas durante o período de 2024 a 2025 no município de Acaraú-CE. Relacionado ao sexo eram 4.525 meninas e 4.785 meninos totalizando 9.310



crianças. A Figura 2 aborda a distribuição percentual média do estado nutricional segundo IMC/Idade, calculada a partir da soma dos percentuais mensais dividida pelo número de meses com dados válidos.

Figura 2: Distribuição Percentual Média do Estado Nutricional segundo IMC/Idade em crianças de 5 a 10 anos. Acaraú-CE, Out/2024-Set/2025.

Classificação (IMC/Idade)	Sexo Feminino	Sexo Masculino	Percentual Médio Aproximado
Magreza Acentuada	30	36	≈0,7%
Magreza	79	73	≈1,9%
Eutrofia	2.647	3.082	≈55,2%
Sobrepeso	895	670	≈19,9%
Obesidade	552	490	≈13,7%
Obesidade Grave	322	434	≈9,0%

Fonte: elaborado pelos autores, 2026.

O cálculo do excesso de peso (sobrepeso + obesidade + obesidade grave) revela uma prevalência média agregada de 42,6% na população total estudada. Estes percentuais são alarmantes e superiores à média nacional, que, segundo dados preliminares do SISVAN para a mesma faixa etária e período correspondente, situa-se em torno de 38,5% (Brasil, 2025). A análise do indicador Peso para Idade (P/I), sintetizada na Figura 3, certifica este cenário, embora com menor magnitude, dado que o P/I é menos sensível para detectar alterações na composição corporal.

Figura 3: Distribuição Percentual Média do Estado Nutricional segundo Peso/Idade em crianças de 5 a 10 anos. Acaraú-CE, Out/2024-Set/2025.

Classificação (Peso/Idade)	Sexo Feminino	Sexo Masculino	Percentual Médio Aproximado (n=9.310)
Peso Muito Baixo para Idade	15	24	≈0,6%
Peso Baixo para Idade	68	70	≈1,7%
Peso Adequado ou Eutrófico	3.805	3.947	≈79,0%
Peso Elevado para Idade	637	744	≈18,7%

Fonte: elaborado pelos autores, 2026.

Análises da Efetividade do PSE: Uma Análise Detalhada

A análise da efetividade do Programa Saúde na Escola (PSE) exigiu uma análise diacrônica dos dados, focando na oscilação dos percentuais de excesso de peso em resposta a potenciais ciclos de intervenção. O cálculo da média móvel trimestral para o excesso de peso (IMC/I) foi empregado



para suavizar variações pontuais e identificar tendências subjacentes. Observou-se que o trimestre outubro-dezembro de 2024 apresentou uma média de 45,3% de excesso de peso. No primeiro trimestre de 2025 (janeiro a março), a média elevou-se para 47,2%, possivelmente refletindo o período de férias escolares e alterações sazonais nos hábitos, um fenômeno documentado na literatura (Mendonça et al., 2019).

Um ponto de destaque ocorreu em abril de 2025, mês que concentrou o maior número de avaliações ($n=2.802$). Neste período, registrou-se o menor percentual agregado de excesso de peso do período analisado (27,16%), impulsionado pela menor prevalência de obesidade (8,07%) e obesidade grave (5,53%). Este dado coincide temporalmente com o retorno às aulas e com o início das ações do PSE (avaliação nutricional, atividades para promoção da alimentação saudável e a conscientização sobre a prática de atividades físicas), no início do ano letivo, sugerindo um resultado positivo entre a cobertura e a intensidade do programa e a melhoria dos indicadores. Esta observação está alinhada com estudos que demonstram a eficácia de intervenções multiprofissionais no ambiente escolar (Jaime et al., 2019).

Contudo, a aparente efetividade não se sustentou de forma linear nos meses subsequentes. A partir de maio de 2025, os índices de obesidade e obesidade grave voltaram a subir, atingindo 21,04% de peso elevado (P/I) em junho e 17,52% de obesidade (IMC/I) em julho. O mês de setembro de 2025 ($n=1.639$) oferece um panorama mais consolidado do final do período de acompanhamento. Neste mês, a prevalência de excesso de peso (IMC/I) foi de 43,55% (20,9% de sobrepeso, 14,14% de obesidade e 8,51% de obesidade grave), enquanto o Peso Elevado para Idade (P/I) foi de 17,51%. Estes valores estão ligeiramente abaixo da média estadual (17,87%) para o excesso de peso (IMC/I), mas ainda assim representam um patamar muito elevado. Esta recidiva e estabilização em níveis críticos indicam que intervenções pontuais, embora relevantes, são insuficientes para gerar mudanças duradouras. De acordo com a Sociedade Brasileira de Pediatria, de (2019) traz que a promoção de hábitos alimentares saudáveis requer uma abordagem contínua e integrada, que transcenda o ambiente escolar e envolva as famílias e a comunidade.

Contextualização Estadual e Nacional

Ao contextualizar os achados de Acaraú na mesma faixa etária em escalas mais amplas, a gravidade do cenário local torna-se ainda mais evidente. Dados consolidados do SISVAN para o estado do Ceará, no biênio 2024-2025, apontam uma prevalência média de excesso de peso em crianças de 5 a 10 anos de aproximadamente 35% (Ceará, 2025). O percentual médio de 42,6% identificado em Acaraú situa-se significativamente acima desta média estadual, indicando uma carga desproporcional de obesidade infantil no município.

Em comparação com a média nacional, que se situa ao redor de 38,5% para o mesmo grupo etário (Brasil, 2025), Acaraú também apresenta uma situação mais crítica. Esta disparidade ressalta a



influência de determinantes locais e a necessidade de políticas públicas específicas e fortalecidas para a região. Estudos mostram que essa alta prevalência pode estar associada a fatores socioeconômicos, transição nutricional acelerada e limitado acesso a alimentos *in natura* e a espaços para atividade física, problemas comuns em municípios do semiárido nordestino (Batista Filho et al., 2021).

A análise criteriosa dos dados, fundamentada em cálculos percentuais, médias e análise de figuras, demonstra que o município de Acaraú enfrenta uma epidemia de obesidade infantil com prevalências superiores às médias estaduais e nacionais. A efetividade do PSE mostrou-se variável ao longo do tempo, com um pico de aparente sucesso em abril de 2025, seguido de uma regressão parcial e posterior estabilização em patamares elevados, como observado em setembro de 2025. Estes resultados sugerem que o programa é uma ferramenta importante, porém insuficiente por si só. Sua efetividade máxima parece depender de uma implementação constante, articulada com outras políticas de segurança alimentar e nutricional e de estímulo à atividade física e educação nutricional dentro do ambiente escolar de maneira contínua.

Entre as limitações do estudo, destacam-se a inconsistência no número mensal de avaliações, que pode distorcer percentuais em meses com baixa cobertura como foi no mês de janeiro/2025, e a ausência de um grupo controle para isolar o efeito específico do PSE de outras variáveis. Ademais, os dados do SISVAN refletem a população que acessa os serviços de saúde, podendo não ser totalmente representativa de toda a população infantil do município. Outro ponto essencial para a discussão é o preenchimento no sistema do município, uma vez que a falha ou a falta de capacitação de alguns profissionais em realizar esse procedimento corretamente gera distorções nos dados.

CONCLUSÃO

Conclui-se que a prevalência de obesidade infantil em Acaraú é crítica e superior aos patamares estadual e nacional, demandando ações urgentes. O PSE demonstra potencial para impactar positivamente os indicadores, como evidenciado no mês de abril de 2025, mas sua atuação precisa ser contínua, expandida e integrada a uma estratégia intersetorial mais ampla para promover mudanças sustentáveis nos hábitos de vida das crianças e suas famílias. A inclusão do dado de setembro de 2025 reforça a necessidade de monitoramento contínuo e de intervenções de longo prazo para que se observe uma tendência consistente de declínio nos índices de obesidade. Portanto, a presença qualificada do nutricionista no ambiente escolar revela-se um pilar fundamental para a eficácia das políticas públicas de alimentação e nutrição. Ao atuar como agente de Educação Alimentar e Nutricional (EAN), ele transcende a simples gestão do cardápio, capacitando as crianças com desenvolvimento da autonomia. A construção de hábitos alimentares mais conscientes na infância mostra-se uma estratégia eficaz para promover a adesão contínua a uma alimentação saudável, podendo gerar impactos positivos nos serviços de saúde pública a longo prazo.



REFERÊNCIAS

AMORIM, A. J. L., et al. Consequência da obesidade infantil: uma revisão bibliográfica. Revista FT, [S. l.], v. 28, n. 131, 2024. doi.10.5281/zenodo.10728942.

BARRETO NETO, M. L. Perfil epidemiológico dos casos de leptospirose e impacto das inundações no Rio Grande do Sul em maio de 2024: um estudo ecológico. Revista de Saúde Coletiva da UEFS, v. 15, n. 3, e11977, 2025.

BATISTA FILHO, M. & SOUZA, A. I.; BRASIL, A. L. D. Transição nutricional no brasil: análise dos principais fatores. São Paulo: Editora Hucitec, 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 maio 2016. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 25 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007. Institui o Programa Saúde na Escola – PSE e dá outras providências. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6286.htm. Acesso em: 30 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia alimentar para a população brasileira. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/publicacoes-para-promocao-a-saude/gui_a_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf/view. Acesso em: 30 mar. 2025.

BRASIL. Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN. Dados consolidados 2024. Disponível em: <https://sisaps.saude.gov.br/sisvan/index>. Acesso em 20 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Programa Crescer Saudável. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-1.320-de-22-de-junho-de-2021-327697233>. Acesso em: 30 mar. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 maio 2016. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 25 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. SISVAN: Relatório de vigilância alimentar e nutricional – dados nacionais consolidados, 2025. Acesso em: Disponível em: <http://sisvan.saude.gov.br>

CEARÁ. Secretaria da Saúde do Estado do Ceará. Relatório estadual de vigilância alimentar e nutricional – 2025. Fortaleza, 2025.

JAIME, P. C., et al. Ações de alimentação e nutrição na atenção primária: a experiência de Brasil. Revista Panamericana de Salud Pública, v. 43, p. e59, 2019.

MENDONÇA, C., et al. Estratégia para a educação alimentar e nutricional de pré-escolares. Revista Eletrônica Extensão em Debate, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 81–95, 2019. doi: 10.28998/8676%f81-95.



PEREIRA, B, A, et al. As consequências da obesidade na saúde infantil. Disponível em: <https://arquivo.fmu.br/prodisc/nutricao/bap.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2024.

SANTOS, M. F. S. R, et al. Childhood obesity in Brazil: A literature review. Research, Society and Development, [S. l.], v. 12, n. 11, p. e59121143699, 2023. doi: 10.33448/rsd-v12i11.43699.

SANTOS, S. V, et al. Políticas de saúde e de segurança alimentar e nutricional: desafios para o controle da obesidade infantil. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 23, n. 12, p. 4143-4152, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320182312.34972016> .

SBP - Sociedade Brasileira de Pediatria. Manual de orientação: obesidade na infância e adolescência. 2019.